



Pedagogia da coletividade: ensaio freiriano sobre educação e política na atualidade brasileira

Ivo Dickmann¹
Elcio Cecchetti²

Resumo: Este ensaio emerge em meio a comemoração dos cinquenta anos da primeira edição da *Pedagogia do Oprimido* de Paulo Freire, e busca levantar contribuições do autor para pensar e transformar o contexto atual de retrocessos no campo dos direitos fundamentais e das políticas sociais, decorrente da ascensão de um governo neoliberal e neoconservador. Inicialmente, buscamos compreender o contexto concreto que Paulo Freire escreveu a *Pedagogia do Oprimido*, suas influências e relações sociais no Brasil e no Chile, tensionando presente e passado. Na segunda parte, situamos o campo da Educação Ambiental em tempos de retrocesso, evidenciando a necessidade de construção de um discurso contra hegemônico e de resistência. Por fim, apontamos contribuições freirianas para a atualidade político-pedagógica em diálogo com a Educação Ambiental crítica. Sugerimos uma Pedagogia da Coletividade para iluminar alternativas de enfrentamento e superação dos desafios que se apresentam no tempo presente.

Palavras-chave: Paulo Freire. Educação. Política. Pedagogia da Coletividade.

Pedagogía de la colectividad: ensayo freiriano sobre educación y política en la actualidad brasileña

Resumen: Este ensayo emerge en medio a la conmemoración de los cincuenta años de la primera edición de la *Pedagogía del Oprimido* de Paulo Freire, y busca levantar contribuciones del autor para pensar y transformar el contexto actual de los retrocesos en el campo de los derechos fundamentales y de las políticas públicas, decurrente de la ascensión de un gobierno neoliberal y neoconservador. Inicialmente, buscamos comprender el contexto concreto que Paulo Freire escribió la *Pedagogía del Oprimido*, sus influencias y relaciones sociales en Brasil y en Chile, tensionando

¹ Pós-Doutor em Educação (Uninove). Doutor e Mestre em Educação (UFPR). Professor titular no Mestrado em Educação da Unochapecó. Líder do Palavrção – Grupo de Estudos, Pesquisa e Documentação em Educação Ambiental Freiriana. Contato: educador.ivo@unochapeco.edu.br

² Doutor e mestre em educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor do Mestrado em Educação da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Vice-líder do grupo de pesquisa Desigualdades Sociais, Diversidades Socioculturais e Práticas Educativas (CNPq/Unochapecó). Contato: elcio.educ@hotmail.com

el presente y el pasado. En la segunda parte, ubicamos el campo de la Educación Ambiental en tiempos de retroceso, evidenciando la necesidad de construcción de un discurso contrahegemónico y de resistencia. Al final, apuntamos contribuciones freirianas para la actualidad político-pedagógica en diálogo con la Educación Ambiental crítica. Sugerimos una Pedagogía de la Colectividad para iluminar alternativas de enfrentamiento y superación de los retos que se presentan en el tiempo presente.

Palabras-clave: Paulo Freire. Educación. Política. Pedagogía de la Colectividad.

Pedagogy of collectivity: freirian essay on education and politics in present brazilian

Abstract: This paper comes up in the commemoration of fifty years of the first edition of Paulo Freire's *Pedagogy of the Oppressed*, and seeks to raise the author's contributions to think and transform the current context of setbacks in the field of fundamental rights and social policies, arising from the rise of a neoliberal and neoconservative government. Initially, we sought to understand the concrete context Paulo Freire wrote the book *Pedagogy of the Oppressed*, its influences and social relations in Brazil and Chile, tensing present and past. In the second part, we locate the field of Environmental Education in times of retrocession, evidencing the need to construct a discourse of resistance. Finally, we point out Freire's contributions to the present political-pedagogical in dialogue with critical Environmental Education. We suggest a Pedagogy of Collectivity to illuminate alternatives of coping and overcoming the challenges that present themselves in the present time.

Keywords: Paulo Freire. Education. Politics. Pedagogy of Collectivity.

Primeiras palavras

Este ensaio emerge em meio a comemoração dos cinquenta anos da primeira edição da *Pedagogia do Oprimido* de Paulo Freire, e dialoga com o contexto atual de retrocessos no campo dos direitos fundamentais e das políticas sociais, bem como de crescimento de uma cultura de violência, exclusão e sectarismo que se instalou no Brasil nos últimos anos. Trata-se de um neoconservadorismo que vem se instalando em vários países latino-americanos, numa espécie de “repetição da história” dos anos de chumbo das décadas de 1960 e 1970, nas mais variadas experiências de Ditadura Militar que o continente americano viveu até meados dos anos 1980.

Em um primeiro momento, nossa análise busca compreender o contexto concreto que Paulo Freire escreveu a *Pedagogia do Oprimido*, suas influências e relações sociais no Brasil e no Chile – onde terminou de escrever o livro – sempre tensionando presente e passado para levantar contribuições para nossos dias. Na segunda parte, discorremos sobre as contribuições de Freire para pensar a educação (e a política) no Brasil atual, tomando a *Pedagogia do Oprimido* como base para essa problematização. Finalizamos o ensaio com

cinco contribuições freirianas para a atualidade político-pedagógica em diálogo com a Educação Ambiental.

Pedagogia da contextualização³

A *Pedagogia do Oprimido* não é uma obra qualquer, fruto da vaidade do autor em produzir um livro sobre suas ideias educativas, pelo contrário, é um clássico da educação, reconhecido e utilizado em diversos países. O livro surgiu na sequência de outras duas obras importantes, *Educação e atualidade brasileira* (FREIRE, 1959) e *Educação como prática da liberdade* (FREIRE, 1965), tornando-se ao mesmo tempo uma releitura e síntese das duas primeiras, como também, um avanço significativo do ponto de vista da densidade conceitual (teoria) e da experiência feita por Freire no nordeste brasileiro (prática), consolidando o método de alfabetização de adultos. Trata-se também do momento que novas teorias e autores ficaram mais latentes na obra freiriana, tais como o humanismo cristão, o existencialismo francês e as referências a Hegel, Marx e Gramsci, constituindo sua forma *sui generis* de interpretar o mundo.

Problemáticas e dilemas marcantes no contexto de escrita da *Pedagogia do Oprimido* se reconfiguram no tempo presente e Freire nos ajuda a entendê-los. Uma das questões centrais era a inexperiência democrática da sociedade brasileira pós-Getúlio Vargas, onde predominava um pensamento que se chamou de nacional-desenvolvimentismo – do qual Freire era filiado. Também era marcado especialmente pelo analfabetismo generalizado, pré-condição para continuidade do histórico voto de cabresto, comandado pelos coronéis regionais.

Nesse sentido, a criação de um método de alfabetização atrelado à formação de uma conscientização política despertou a ira dos generais que não relutaram em combatê-lo, acusando-o de apoiar os comunistas. Segundo a síntese da história de Freire organizada por sua mulher, a intenção do interrogatório do DOI-CODI era demonstrar sua aproximação com a teoria e prática marxistas, acusando-o de traidor da pátria e de querer “comunizar” o Brasil (ARAÚJO FREIRE, 2006).

Mas a verdade é que a *Pedagogia do Oprimido* se fez na prática de Paulo Freire, começando por suas atividades no SESI em 1947, onde permaneceu mais de dez anos a frente do Departamento de Educação e Cultura daquela instituição. Ali ele fez diariamente

³ Esta parte do texto parte de uma produção original de Dickmann (2018), em que remonta a trajetória de Freire desde as primeiras experiências com educação até a construção do Método de Alfabetização de Adultos no nordeste brasileiro.

o processo de diálogo com as famílias de trabalhadores da indústria, sendo que sua função principal era contribuir na relação família-escola dos estudantes.

Segundo Beiseiegel (1989), foi no SESI que ele começou a perceber a diferença entre falar *para* as pessoas e falar *com* as pessoas. Confessou, numa entrevista, que a preocupação inicial era fazer uma adequação de sua linguagem, seu discurso, para que os trabalhadores o entendessem melhor. Isso, com o tempo, foi demonstrando que ao aproximar a maneira de falar com o mundo dos sujeitos reais não era só uma maneira de transmitir conhecimentos, mas também produzir novos saberes e percepções sobre a realidade, gerando a possibilidade de transformá-la.

Paulo Freire então começou a pensar sobre como alfabetizar os adultos tornando essa possibilidade um princípio pedagógico: quanto mais próximo estivesse a palavra do mundo do educando, mais e melhor ele aprenderia. E o mais importante: estes novos saberes estariam a serviço do desvelamento do mundo, instaurando uma inovação pedagógica importante: a compreensão da educação como um ato político de transformação do mundo.

Dessa forma, Freire começa a delimitar as fases do seu Método de Alfabetização de Adultos que ficou mundialmente conhecido, começando com uma experiência com cinco pessoas no Centro de Cultura Dona Olegarinha, no Poço da Panela, no Recife-PE em 1962. Posteriormente, utilizou o Método com mais de trezentos cortadores de cana em Angicos/RN, cuja formatura em 1963 contou com a presença do Presidente da República, Jânio Quadros. Daí adveio a promessa de o Método ser replicado por meio do Plano Nacional de Alfabetização (PNA) via Ministério da Educação – meta interrompida pela Ditadura Militar em 1964. Seu Método foi base em outros processos de alfabetização que ocorreram nessa época na região nordeste do Brasil, como a Campanha de Educação Popular da Paraíba - CEPLAR, “De pé no chão também se aprende a ler”, os círculos de cultura do Movimento de Educação de Base - MEB e do Movimento de Cultura Popular - MCP (ROSAS, 2003; LYRA, 1996; FÁVERO, 2013; FERNANDES; TERRA, 1994; SCOCUGLIA, 2001).

Estudos recentes mostram que o Método freiriano é um amálgama do que já existia na época, mas com avanços que só Freire pode conceber ao pensar não só a alfabetização de adultos, mas colocá-la dentro de um sistema maior, o da educação como um ato político (GRAY, 1957; MACIEL, 2018). Nesse sentido, Freire (1963) inaugura um sistema educativo que começava na alfabetização até o “Instituto do Homem” a ser alocado dentro

de uma universidade, mas devido às condições políticas da época seu projeto maior foi totalmente desconfigurado, substituído por outros, mutilado na sua essência, especialmente no que se refere à dialogicidade e a politicidade do ato educativo.

O Método Paulo Freire, em suas cinco fases, consistia numa educação ativa, inovadora e dialógica a partir de Círculos de Cultura com debates de situações desafiadoras e existenciais, com foco na conscientização e politização dos educandos e educandas (COUTO, 2011). Hoje, ele aparece como uma metodologia no sentido mais amplo, sendo possível utilizá-la nos processos educativos desenvolvido nas escolas, universidades, ONGs, sindicatos, na Educação Popular e nos movimentos sociais ou qualquer outro espaço pedagógico.

O foco de Freire estava centrado na inexperiência democrática e ele acreditava firmemente que a educação era o processo pelo qual os homens e mulheres analfabetos estariam sendo inseridos, ou se inseririam na nova realidade nacional, se preparando para a nova fase do país: a passagem de um Brasil rural para a industrialização (PAIVA, 2000). É nesse contexto que a *Pedagogia do Oprimido* é escrita no exílio chileno de Freire, mas já com características próprias de um exilado político que tecia suas críticas ao Regime, ampliando sua crença na educação como ferramenta de transformação. Inclusive, esse aspecto gerou várias críticas a Freire por não ter se juntado aos revolucionários de prática armada, mas sua opção foi pelo diálogo, tolerância e amorosidade.

A inexperiência democrática brasileira atualmente se expressa sob novas nuances, em um novo contexto, agora com um país fragmentado após alguns anos de um Governo que buscou assegurar um conjunto de direitos sociais à setores populacionais historicamente marginalizados, através da indução de inúmeras políticas públicas, tal como o regime de cotas e a democratização do acesso ao ensino superior.

Em 2018, após uma campanha eleitoral demarcada pelo antagonismo de posições, a chapa vencedora busca pôr em marcha todas as suas promessas anti-povo: reforma da previdência (sem colocar em xeque as camadas privilegiadas cujos benefícios multiplicam-se por dezenas de salários mínimos); ataques e tentativa de criminalização dos movimentos sociais; afronta às populações quilombolas, indígenas, ribeirinhas, LGBTs; submissão dos órgãos públicos de demarcação e proteção dos povos indígenas aos coronéis do agronegócio; flexibilização do código florestal e fragilização da fiscalização ambiental (apesar dos recorrentes crimes ambientais); desdenho da historicidade dos direitos humanos através da nomeação de uma ministra que é porta voz do fundamentalismo

cristão; desmonte das políticas e programas do Ministério da Educação; extinção do Ministério do Trabalho e da Secretaria de Promoção da Igualdade Racional (SEPIR); realinhamento ideológico do país aos EUA; acusação pública e patrulhamento ideológico dos professores, entre outros.

Trata-se de um movimento anti-tudo aquilo considerado por alguns setores como “esquerdismo”, “marxismo cultural”, “ideologia de gênero” - invenções conceituais que servem de justificativa e legitimação da ideologia do neoconservadorismo, neoliberalismo, direitismo e militarismo. Não por acaso, o próprio Paulo Freire é acusado de doutrinador e culpado pelos males da educação nacional. Não são poucos os que no atual momento histórico, sem se quer terem lido uma obra de Paulo Freire, querem execrá-lo novamente do país, como feito nos anos 1960, quando passou 72 dias na prisão acusado de subversão, forçando seu exílio para o Chile.

Em oposição a isso, Freire (2004; 2011) nos fala sobre uma opção política pelos oprimidos e de uma ética universal de cuidado aos seres humanos que, com certeza, não se coaduna com os atuais discursos políticos. Ao contrário, pela sua radicalidade de princípios humanizadores se posiciona diametralmente aos discursos e práticas que fomentam o ódio, a injustiça, a padronização, a violência e a morte.

Talvez seja esse um dos motivos pelo qual é importante continuarmos resistindo e defendendo Paulo Freire: suas ideias inovadoras, suas práticas amorosas e sua práxis transformadora denunciam o sistema desumanizador e proclama em seu lugar uma educação focada no diálogo entre os diferentes, a amorosidade e a curiosidade epistemológica.

Freire é hoje um dos intelectuais mais citados nas pesquisas no mundo inteiro e um dos únicos que aparece nas listas seletas das grandes universidades, o que demonstra sua universalidade. Suas reflexões estão sendo utilizadas pelos pesquisadores de muitos campos de conhecimento e a *Pedagogia do Oprimido* já é uma das obras mais traduzidas pelo mundo inteiro. As duas matérias a seguir ilustram o que estamos falando:

Figura 1: Freire como terceiro autor mais citado em trabalhos acadêmicos no mundo



Fonte: www.nexojornal.com.br

Figura 2: Pedagogia do Oprimido como o único livro na lista dos 100 maiores obras



Fonte: www.g1.globo.com.br

Educação Ambiental em tempos de retrocesso⁴

Toda essa conjuntura incide diretamente sobre as questões ambientais, visto que a concepção que adotamos de Educação Ambiental está ligada a todos os aspectos da vida cotidiana, inclusive, a dimensão político-pedagógica. Nesse sentido, nos preocupa os retrocessos anunciados recentemente pelos Ministros do Meio Ambiente (MMA) e Casa Civil, de minimizar os desastres causados pela mineradora Vale (Mariana e Brumadinho em Minas Gerais), endossando a afirmação do presidente da Vale do Rio Doce de que empresa não pode ser culpada pela tragédia, pois é uma “joia brasileira” (LIS, 2019). Este senhor nem se quer se levantou durante a homenagem feita na Câmara dos Deputados pelos mortos de Brumadinho (BERMÚDEZ; PRAZERES, 2019).

A “pauta-bomba” da bancada ruralista e do agronegócio junto ao MMA também é assustadora (pra dizer pouco!), visto que inclui a flexibilização de praticamente toda a legislação ambiental atual, apoiando o “PL do veneno” para facilitar a comercialização e uso de agrotóxicos, a redução das áreas de proteção ambiental (APPs) e a desregulamentação das multas ambientais, ou seja, praticamente o desmonte da legislação

⁴ Esse tópico incorpora grande parte do debate elaborado pelos autores no editorial da Revista Pedagógica, que agora é revisitado e ampliado dentro desse novo cenário (DICKMANN; CECCHETTI, 2018).

e das políticas de defesa e preservação da natureza. Há quem diga que o histórico de ligação do atual Ministro do MMA com entidades ruralistas fez dele o ministro do anti-meio ambiente (OLIVEIRA, 2018).

Aliás, num olhar prospectivo, podemos inferir que no próximo quadriênio vislumbra-se um cenário de reforço do neoconservadorismo e aprofundamento do neoliberalismo no Brasil. Isso se evidencia pela escolha do atual Presidente da República do quadro de ministros e ministras: muitos deles acusados por atos de corrupção e desrespeito ao erário público; subservientes e alinhados ideologicamente ao mercado financeiro e aos conglomerados multinacionais que buscam o lucro a todo custo.

O quadro ministerial que se configurou, resume-se basicamente em três grupos: os técnicos; os políticos e os militares (como se técnico e militar não fossem políticos, não tivessem ideologia!). No quadro dos **técnicos** ficaram os ministérios da Justiça, Economia, Desenvolvimento Regional, Banco Central, Advocacia-Geral da União, Relações Exteriores, e Mulher, Família e Direitos Humanos (embora Damaris propriamente não seja uma técnica no assunto, como vem demonstrando seus posicionamentos).

No quadro dos **políticos** ficaram Casa Civil (DEM), Cidadania (MDB), Agricultura (DEM), Secretaria-Geral da Presidência (cujo ministro acabou de ser deposto, sendo substituído por mais um militar)⁵, Turismo (PSL), Saúde (DEM) e Meio Ambiente (Novo).

Na lista dos ministérios comandados pelos **militares** estão a Secretaria de Governo, Infraestrutura, Gabinete de Segurança Institucional, Ciência e Tecnologia, Defesa, Minas e Energia, Controladoria-Geral da União e, pasmem, Educação. Ou seja, um governo tripartite, alinhado ao que vem sendo chamado de neoconservadorismo neoliberal que avança no contexto internacional.

Esse cenário denuncia o que será a política pública decorrente desta aliança entre tecnocratas político-militares e fundamentalistas religiosos. Não por acaso, o Ministério da Educação está sendo comandado por uma pessoa desconhecida pelos educadores, mas alinhado ao anti-movimento Escola Sem Partido (cujo projeto já foi desarquivado para ser reapresentado na Câmara e no Senado) e aos discursos de execração de Paulo Freire – típico projeto de censura da criticidade e da diversidade nos espaços pedagógicos já empregado pelos governos militares nos idos de 1960-1980.

⁵ O presidente do PSL, Gustavo Bebianno, foi o primeiro ministro a cair no Governo Bolsonaro. Intimidado pelo vereador do Rio de Janeiro e filho do presidente, chamado de mentiroso pelas redes sociais, saiu dizendo que estava arrependido de ter viabilizado a candidatura de um presidente tão fraco (CAMAROTTI, 2019).

Na lógica da resistência e das lutas populares, precisamos analisar e compreender criticamente os rumos desse projeto de poder, onde o Capitão manda no General, em uma inversão perigosa da tradicional hierarquia militar que ninguém sabe até onde vai. Os anúncios até agora feitos indicam profundos cortes de investimentos em todas as áreas sociais, passando pela saúde (“menos médicos”), redução dos editais de pesquisa e das bolsas de estudo (ESCOBAR, 2019), sucateamento, repressão e perseguição ideológica das universidades e institutos federais. E, nessa esteira, pelas demonstrações de subserviência às grandes potências mundiais, especialmente aos EUA, nem se fala em retornar os *royalties* do Pré-sal para os campos da Saúde e da Educação, nem de um pacto democrático em torno do resgate dos direitos fundamentais das populações empobrecidas e marginalizadas.

Frente a isso, é preciso construir um discurso contra hegemônico e de resistência, e a Educação Ambiental brasileira já tem trajetória e produção intelectual para fazer esse enfrentamento, se constituindo como uma Educação Ambiental “com partido” (TOZONI-REIS, 2018), pois vem se posicionando em favor dos oprimidos, contra a homofobia, o etnocentrismo, o racismo, o fundamentalismo, a criminalização dos movimentos sociais, a suposta “doutrinação” ideológica dos educadores, o preconceito e a violência de todas as formas.

Foi com muita luta e articulação que conseguimos consolidar uma Educação Ambiental política, crítica e de base. Dessa forma, demonstramos que não existe política sem perspectiva ética, baseada num *modus operandi* onde o dito não será desdito na sequência. Ao contrário do que se observa no início deste novo Governo: uma tentativa de desqualificar o trabalho jornalístico da imprensa brasileira taxando tudo de mera “especulação” ou de “*fake news*”. A verdade não provém da multiplicidade dos pontos de vista e nem se quer dos estudiosos do assunto, porque a legitimidade do próprio sistema universitário brasileiro foi posta em xeque: são “marxistas” e “ideológicos”. “A verdade” é aquilo que Presidente disse em suas redes sociais e “desdizer” na sequência (ALEXANDRE, 2018). Eleito com o lema que “A verdade vos libertará”, o que temos observado é o jogo da “pós-verdade” e do apoio ao “não politicamente correto” (DUNKER, 2018).

Frente a isso, defendemos uma pedagogia da (in)disciplina ambiental (DICKMANN, 2017), que perverte o posto e pronto, em vista à construção dinâmica de alternativas populares, geradoras e cuidadoras de todas as formas de vida. Com base em

Marx (2004), entendemos que o trabalho é vida gerando vida, ou seja, nossa ação, reflexão e práxis como educadores – que é trabalho – deve estar a serviço da geração da vida, não da morte, violência, perseguição e extinção. Aliás, nunca foi tão pertinente voltar a Freire e Marx como no nosso tempo de afloramento do neoliberalismo, para compreender essa realidade e transformá-la (LOUREIRO; SILVA NETO, 2018).

Para nós que trabalhamos com a palavra, devemos adotá-la como nossa ferramenta de luta, fazendo da educação uma práxis de resistência, ampliando nossa coragem de protestar sobre os problemas socioambientais do país, das escolas, das universidades, de todos os espaços pedagógicos não-formais e informais, dos lugares onde têm gente sendo aviltada em sua dignidade, tanto pelos governos como pelas milícias, pelas quadrilhas de políticos corruptos, das máfias das grandes empresas que corrompem sem escrúpulos os representantes do povo e se aproveitam do erário público. Por isso, afirmamos: cabe a Educação Ambiental (in)disciplinada dar sua contribuição para a crítica e construção de uma nova sociedade.

Contribuições de Paulo Freire

Face à atual conjuntura nacional é necessário recuperar contribuições freirianas para nos ajudar a compreender a realidade e construir alternativas de enfrentamento e superação. O que apresentaremos a seguir são tópicos que iluminam alternativas frente aos desafios do tempo presente. Tais contribuições, embora não sejam absolutas, impõem-se como categorias para pensar e agir diante da realidade de negação de direitos que se anuncia, contribuindo para uma ação coletiva que denominamos de “Pedagogia da Coletividade:

- Pedagogia da práxis contra toda forma de preconceito, fazendo de nossa ação-reflexiva e de nossa reflexão-ativa uma defesa permanente de toda pessoa que sofre qualquer tipo de negação de direitos.
- Construção de conhecimento transformador, para saber mais e melhor sobre a realidade atual e sobre como superar a lógica conteudista, acumuladora e memorizadora de saberes descolados do contexto, indo além do currículo pré-formatado e alienado.
- Formação para a cidadania planetária, com base na amorosidade ética que integra a política e a técnica para superar a suposta neutralidade; a alegria estética

como jeito de fazer educação através da pedagogia do encantamento do outro e da conscientização política de onde não escapa o fazer pedagógico crítico.

- Reinvenção da escola e da universidade como espaços de construção da criticidade e de conhecimentos pertinentes, inclusivos, transformadores, para formar cidadãos com consciência de sua historicidade.
- Reconhecimento da função pública dos educadores – muitas vezes exercida arduamente diante do sucateamento das escolas e da carência de uma carreira profissional justa -, fortalecendo a luta contra a criminalização da profissão e combatendo a pecha da “doutrinação”. Contra toda forma de intimidação no local de trabalho, pela liberdade de cátedra e livre pensamento, direto extensivo igualmente aos estudantes.
- Organização e articulação coletiva (“ninguém solta a mão de ninguém”), pois em colaboração seremos mais fortes contra os que nos querem silenciar e condenar. É tempo de reorganizar a luta, a formação política, o trabalho em grupo, realizar estudos e investigações que sustentem e promovam os princípios e os direitos humanos e da terra. Neste ponto, nós educadores ambientais freirianos temos muito a contribuir para a efetivação do que estamos chamando de Pedagogia da Coletividade.

Considerações éticas, estéticas e poéticas finais...

Se eles vêm com ódio, nós vamos com amorosidade.

Se eles vêm com medo, nós vamos com esperança.

Se eles vêm com violência, nós vamos com diálogo.

Se eles vêm com raiva, nós vamos com alegria.

Se eles vêm com *armas*, nós vamos com *livros*.

Se eles têm agrotóxicos, nós temos a Educação Ambiental.

Se eles têm a Escola Sem Partido, nós temos Paulo Freire.

Se eles querem nos exterminar, nós seremos resistência!

Um grande abraço e força na luta!

Referências

ALEXANDRE, Ricardo. **Bolsonaro e o controle da verdade**. 2018. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrapolitica/bolsonaro-e-o-controle-da-verdade>. Acesso em: 21 fev. 2019.

ARAÚJO FREIRE, Ana Maria. **Paulo Freire: uma história de vida**. Indaiatuba: Villa das Letras, 2006.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Política e educação popular: as teoria e prática de Paulo Freire no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1989. (Ensaio; 85).

BERMÚDEZ, Ana Carla; PRAZERES, Leandro. **Câmara faz minuto de silêncio por mortos; presidente da Vale não se levanta**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/02/camara-faz-minuto-de-silencio-por-mortos-presidente-da-vale-nao-se-levanta.shtml>> Acesso em: 19 fev. 2019.

CAMAROTTI, Gerson. **Em desabafo, Bebianno diz que deve desculpas ao país por ter viabilizado candidatura de Bolsonaro**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/blog/gerson-camarotti/post/2019/02/17/em-desabafo-bebianno-diz-que-deve-desculpas-ao-pais-por-ter-viabilizado-candidatura-de-bolsonaro.ghtml>> Acesso em: 19 fev. 2019.

COUTO, Sônia Feitosa. **Método Paulo Freire: a reinvenção de um legado**. 2 ed. Brasília: Líber Livro, 2011.

DICKMANN, Ivo. Pedagogia da (in)disciplina ambiental: desafios político-pedagógicos na formação de educadores ambientais no ensino superior. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient**, edição especial, p. 55-70, set. 2017.

DICKMANN, Ivo. Pedagogia do bem-viver: breve ensaio sobre as contribuições de Paulo Freire. In: CAOVIOLA, Maria Aparecida Lucca; MACHADO, Lucas; CANZI, Idir (Orgs.). **Constitucionalismo, Direitos Humanos, Justiça e Cidadania na América Latina**. São Leopoldo: Karywa, 2018. p. 245-258.

DICKMANN, Ivo; CECCHETTI, Elcio. Educação no Brasil em tempos de neoconservadorismo: desafios e desabafos sobre um futuro próximo! **Revista Pedagógica**, v. 20, n. 45, p. 7-10, set./dez. 2018.

DUNKER, Christian. **A pós-verdade e seu tempo político**. 2018. Disponível em: <https://outraspalavras.net/sem-categoria/para-compreender-a-pos-verdade-e-seu-tempo-politico/>. Acesso em: 21 fev. 2019.

ESCOBAR, Herton. **Pesquisa não terá mais verba em 2019, diz CNPq**. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/pesquisa-nao-tera-mais-verba-em-2019-diz-cnpq/>> Acesso em: 21 fev. 2019.

FÁVERO, Osmar. Paulo Freire: primeiros tempos. **Revista em Aberto**, v. 26, n. 90, p. 47-62, jul./dez. 2013.

FERNANDES, Calazans; TERRA, Antonia. **40 horas de esperança: o Método Paulo Freire - política e pedagogia na experiência de Angicos**. São Paulo: Ática, 1994.

FREIRE, Paulo. **Educação e atualidade brasileira**. Recife: Edição do autor, 1959.

FREIRE, Paulo. Conscientização e alfabetização: uma nova visão do processo. **Revista Estudos Universitários**, n. 4, p. 5-23, abr./jun. 1963.

FREIRE, Paulo. **La educación como práctica de la libertad**. Santiago, Chile: Edição do autor, 1965.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ANCA, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GRAY, Willian. **La enseñanza de la lectura y de la escritura**. Paris: UNESCO, 1957.

LIS, Laís. **Presidente diz que Vale é “uma joia” e não pode ser “condenada” por rompimento de barragem**. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/02/14/processos-da-vale-com-barragem-serao-revisados-por-orgao-dos-eua-diz-presidente-da-empresa.ghtml>. Acesso em: 21 fev. 2019.

LOUREIRO, Carlos Frederico B.; SILVA NETO, José Garajau. O retorno de Marx em tempos neoliberais: sobre a ontologia e a política. **Argumentum**, v. 10, n. 2, p. 190-202, maio./ago. 2018.

LYRA, Carlos. **As quarenta horas de Angicos**: uma experiência pioneira de educação. São Paulo: Cortez, 1996.

MACIEL, Jandrei José. **As raízes epistemológicas do Método Paulo Freire**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó, Chapecó, 2018.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

OLIVEIRA, Cida. **Ruralistas articulam aprovação do pacote do veneno com ministro do Meio Ambiente**. Disponível em: <<http://spbancarios.com.br/01/2019/ruralistas-articulam-aprovacao-do-pacote-do-veneno-com-ministro-do-meio-ambiente>>. Acesso em: 19 fev. 2019.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Paulo Freire e o nacionalismo-desenvolvimentista**. São Paulo: Graal, 2000.

ROSAS, Paulo. **Papéis avulsos sobre Paulo Freire**. Recife: Centro Paulo Freire de Estudos e Pesquisas; Universitária da UFPE, 2003.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **Histórias inéditas da educação popular**: do sistema Paulo Freire aos IPMs da ditadura. 2 ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB; São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

Submetido em: 01-02-2019.

Publicado em: 30-04-2019.